

# UMA ABORDAGEM SOBRE O JORNALISMO ACESSÍVEL NA UFRJ COMO PRÁTICA DE NOVOS OLHARES PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

## AN APPROACH TO ACCESSIBLE JOURNALISM AT UFRJ AS A PRACTICE OF NEW VIEWS FOR PEOPLE WITH DISABILITIES

Kelly Scoralick<sup>1</sup>

### RESUMO

O artigo aborda a oferta da disciplina optativa de Jornalismo Acessível na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2022 e primeiro semestre de 2023. O objetivo da mesma é formar futuros jornalistas preparados para os diferentes campos do conhecimento, em especial, com abordagens que envolvam as pessoas com deficiência. A disciplina visa ainda cumprir o que está previsto na Lei Brasileira de Inclusão de ofertar conteúdos no ensino superior com a temática sobre a pessoa com deficiência. O artigo traz uma abordagem histórica sobre os conceitos que nortearam os direitos das pessoas com deficiência, além dos conteúdos ofertados na disciplina, escolhidos de modo que trouxessem mais conhecimento sobre a temática e que permitissem desfazer alguns preconceitos enraizados na sociedade. Como resultados diretos e indiretos da disciplina, o artigo elenca reportagens que abordam a temática da pessoa com deficiência feitas por estudantes e que foram compartilhadas em redes sociais e também em projetos de extensão da própria UFRJ, além da construção de pesquisas posteriores e outros projetos que envolvem o tema. Tais iniciativas são percebidas como uma demonstração de visibilidade dada às pessoas com deficiência na UFRJ e que apresentam um novo olhar sobre esses sujeitos, em que suas diferenças são respeitadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornalismo Acessível; Pessoa com deficiência; Acessibilidade; Inclusão.

### ABSTRACT

The article addresses the offer of the optional Accessible Journalism course at the School of Communication at the Federal University of Rio de Janeiro, in the second semester of 2022 and the first semester of 2023. The objective of the course is to train future journalists prepared for different fields of knowledge, in particular, with approaches that involve people with disabilities. The discipline also aims to comply with what is stipulated in the Brazilian Inclusion Law of offering content in higher education with the theme of people with disabilities. The article provides a historical approach to the concepts that guided the rights of people with disabilities, in addition to the content offered in the discipline, chosen in such a way that it brought more knowledge about the subject and allowed the undoing of some prejudices rooted in society. As direct and indirect results of the discipline, the article presents reports that address the issue of people with disabilities written by students and shared on social networks and also in UFRJ's own extension projects, in addition to the construction of subsequent research and other projects that involve the topic. Such initiatives are perceived as a demonstration of visibility given to people with disabilities at UFRJ and which present a new perspective on these subjects, in which their differences are respected.

**KEYWORDS:** Accessible journalism; Person with disability; Accessibility; Inclusion.

---

<sup>1</sup> Professora dos cursos de Jornalismo e Publicidade/Propaganda do UniAcademia Juiz de Fora. Professora substituta na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2022/2023) e na Universidade Federal de Viçosa/ MG (2015). Pós-doutoranda em Comunicação pela PUC-Rio. Doutora em Comunicação pela UFRJ.

## 1 INTRODUÇÃO

Foram anos em desconstrução de vieses inconscientes – crenças, estereótipos e preconceitos escondidos ou nem tão escondidos assim - até pensarmos que a temática das pessoas com deficiência precisava ser discutida nas universidades, junto à futuros jornalistas e também publicitários. Era preciso repensar o lugar que se dá a essas pessoas nos nossos produtos jornalísticos, seja nos vídeos, nas fotos, nos podcasts, entre tantos outros. No Brasil, 18,6 milhões de brasileiros, com dois anos ou mais de idade, têm algum tipo de deficiência, o que representa 8,9% da população. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD contínua)<sup>2</sup> publicada em julho de 2023, com dados relativos ao terceiro trimestre de 2022.

As nossas pesquisas com e sobre as pessoas com deficiência começam quando em um dado momento, no ano de 2003, fomos apresentadas ao mundo das pessoas com deficiência e um novo olhar surgiu. Junto com ele, um permanente processo de desconstrução, dessa barreira invisível e poderosa do preconceito que parece nos impedir de avançar na inclusão. Desde então, seguimos com discussões, trabalhos e propostas para esta temática, focadas neste público ainda alvo de discriminação e tido pela sociedade, muitas vezes, como ser inferior.

A visão que os obstáculos enfrentados pelas pessoas com deficiência não advêm de seus impedimentos físicos, sensoriais ou intelectuais, mas da interação desses impedimentos com as barreiras presentes no ambiente é presente na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, publicada pela Organização das Nações Unidas em 2006 (ONU, 2006). O novo paradigma do modelo social da deficiência com base nos direitos humanos determina que a deficiência não está na pessoa como um problema a ser curado, e sim nas barreiras que são impostas às pessoas, e que agravam uma determinada limitação funcional. E foi pensando na Comunicação também como uma barreira que o desejo pelo debate no ensino superior foi nascendo.

Além do interesse pela pesquisa, nossa formação como jornalista, audiodescritora e legendista contribuiu para que pudesse ser ofertada uma disciplina voltada para discussões no campo da reflexão e também da prática. A proposta da disciplina de Jornalismo Acessível ofertada na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no segundo semestre de 2022 e primeiro semestre de 2023 foi formar profissionais preparados para os diferentes campos do conhecimento e por uma representação mais próxima do real que se

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>. Acesso em: 08 jul. 2023.

faça jus à cidadania das pessoas, em especial, das pessoas com deficiência. Retomando Paulo Freire (2019), acreditamos na educação como formação para o exercício da cidadania. Além disso, a disciplina foi um meio de cumprir o que está previsto na Lei Brasileira de Inclusão (LBI) desde 2015 (BRASIL, 2015), de ofertar conteúdos no ensino superior com a temática sobre a pessoa com deficiência. Neste artigo, apresentamos como a disciplina foi elaborada e desenvolvida, assim como os resultados alcançados, direta e indiretamente, pelos debates que foram iniciados em sala de aula.

## **2 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA SOCIEDADE**

Os conceitos que nortearam os direitos das pessoas com deficiência são sintetizados em quatro períodos: a cultura da exclusão, a política de segregação, a política de integração e a política de uma sociedade inclusiva, que está assegurada pela Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) e respaldada por vários tratados internacionais.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, elaborada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU), estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos, independente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, religião ou qualquer outra condição. No artigo 1 (ONU, 1948), afirma que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”.

Em 9 de dezembro de 1975 foi aprovada na Assembleia Geral da ONU a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (ONU, 1975). A resolução reafirma a proteção dos direitos das pessoas com deficiência. Outros tratados seguintes nortearam direitos específicos, como a Declaração Mundial sobre Educação para todos, conhecida como Conferência de Jomtien, de março de 1990 (ONU, 1990), e a Declaração de Salamanca, em junho de 1994 (ONU, 1994), ambas assegurando o direito à educação para as pessoas com deficiência.

A Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra às Pessoas Portadoras de Deficiência, realizada em junho de 1999 na Guatemala, foi ratificada pelo Decreto nº 3.956/2001 (BRASIL, 2001), e consolidava que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas.

Em 2006, a ONU publicou a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas, ratificado no Brasil pelo Decreto nº 6.949, em 2009 (BRASIL, 2009), em que mais uma vez é reforçada a necessidade de promover e proteger os direitos de todas as pessoas com deficiência, além de viabilizar o respeito pela sua dignidade.

Percebe-se, assim, um processo histórico de reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência que foram estigmatizadas desde os primórdios da civilização. Segundo Duarte *et al.*(2013), há poucos registros sobre as pessoas com deficiência na pré-história. No entanto, nos grupos e tribos a força e resistência físicas eram importantes para a sobrevivência e, assim, era comum que os grupos eliminassem as pessoas com deficiência.

As pessoas cegas, por exemplo, eram consideradas inválidas. “Nas sociedades primitivas, acreditava-se que as pessoas cegas eram possuídas por espíritos malignos e manter uma relação com essas pessoas significava manter uma relação com um espírito mau” (DIAS, FRANCO, 2005, p.1). As pessoas surdas, por sua vez, nas primeiras civilizações no Egito e na Pérsia eram consideradas enviadas dos deuses. De acordo com Duarte *et al* (2013), eram protegidas e adoradas.

De um modo geral, durante séculos as pessoas com deficiência foram consideradas inúteis, como afirma Vivarta (2003). Termos como aleijado, defeituoso, ceguinho, retardado, louco, surdo-mudo, pernetta, incapacitado, inválido, dentre outros, foram utilizados com frequência e por um longo tempo.

Mendes (2006) aponta que houve escassas experiências inovadoras desde o século XVI em relação aos considerados desviantes. Foi a chamada fase de segregação, “justificada pela crença de que a pessoa diferente seria mais bem cuidada e protegida se confinada em ambiente separado, também para proteger a sociedade dos “anormais”” (2006, p.387). Já no século XIX, começaram a surgir as primeiras classes especiais nas escolas regulares. “Para onde os alunos difíceis passaram a ser encaminhados” (MENDES, 2006, p. 387). Portanto, na fase de segregação o tratamento dado às pessoas com deficiência ainda era muito aquém do ideal.

Os movimentos sociais pelos direitos humanos citados aqui, intensificados basicamente na década de 1960, bem como as duas guerras mundiais, com os participantes mutilados que precisavam, depois de reabilitados, reintegrar-se à sociedade, contribuíram para dar início à era da integração.

Após serem reabilitadas, física e profissionalmente, algumas pessoas com deficiência eram consideradas aptas a retornar à sociedade (escola, trabalho, lazer etc.). Este processo foi inicialmente conhecido como reintegração, porque era aplicado somente a pessoas que estavam atuando na sociedade antes de contraírem uma deficiência. [...] A partir da década de 80, a reintegração passou a ser chamado de integração, valendo a sua aplicação para qualquer pessoa com deficiência (VIVARTA, 2003, p.22)

No entanto, com o processo de integração a responsabilidade recaiu apenas sobre a pessoa com deficiência. A prática de integração pouco ou nada exigia da sociedade em termos

de modificação de atitudes. O indivíduo com deficiência era aceito no meio social desde que se enquadrasse no modelo vigente. Vivarta (2003, p.23) reforça que poucas pessoas com deficiência tinham acesso aos serviços de reabilitação. “Destas, um número menor ainda era considerado apto para conviver na sociedade ou de que o aspecto segregativo estava presente na proposta conceitual de escolas especiais e oficinas protegidas de trabalho”.

Mendes (2006, p.391) corrobora com essa ideia:

a passagem de alunos com necessidades educacionais especiais de um nível de serviço mais segregado para outro, supostamente mais integrador, dependia unicamente dos progressos da criança, mas na prática essas transições raramente aconteciam, o que comprometia os pressupostos da integração escolar. Em algumas comunidades, as políticas oficiais de integração escolar resultaram, na maioria das vezes, em práticas quase permanentes de segregação total ou parcial, o que acabou gerando reações mais intensas no sentido de buscar novas formas de assegurar a presença e participação na comunidade, a promoção de habilidades, da imagem social, da autonomia, e o empowerment das pessoas com necessidades educacionais especiais

Após a ineficiência do processo de integração, chegamos ao da inclusão que defende uma sociedade mais justa, livre de práticas discriminatórias e segregacionistas. O discurso sobre as pessoas com deficiência começa gradativa e significativamente a dar lugar a uma nova compreensão. “Somos todos iguais, como seres humanos. Este é o aspecto da identidade, que indica o pertencimento à espécie. No entanto, somos todos diferentes, cada um com a sua particularidade, e aí reside a diversidade humana” (LIMA, 2006, p. 25).

Para essa discussão, é importante compreender os modelos da deficiência, com princípios que norteiam os modelos médico, social e pós-social, conforme Bisol *et al.* (2017), que abordaremos aqui em linhas gerais. A medicina moderna instala-se no final do século XVIII e início do século XIX e, com ela, fica estabelecido o modelo médico. O indivíduo é tomado como objeto de estudo. “A racionalidade médica moderna se voltou ao conhecimento do homem saudável e a uma definição de homem modelo, tomando uma postura normativa na gestão da existência humana” (BISOL *et al.*, 2017, p. 90). O enfoque era restaurar o corpo considerado doente e trazê-lo à condição considerada normal.

Os autores enfatizam que neste momento histórico também há a consolidação do capitalismo, com uma série de transformações em várias esferas. Entre elas, firma-se a importância do homem enquanto ser produtivo, o que afeta diretamente as pessoas com deficiência que passam a ser corpos desvalorizados dentro do sistema, como afirmam Bisol *et al.* (2017). O reflexo para esse grupo foi o desemprego, baixa escolaridade e a segregação causada por esse corpo considerado impróprio.

Os autores apontam ainda que as duas grandes guerras mundiais e os avanços da medicina no século XX trouxeram o aumento do número de pessoas com deficiência bem como da população idosa. Sendo assim, novos serviços surgiram na saúde pública para atender a essas demandas. “A medicina oferecia alternativas para lidar com as limitações físicas e/ou intelectuais, o que promoveu a ideia de que pessoas com deficiência deveriam buscar tratamento e programas de reabilitação como solução para remover ou amenizar os danos corporais” (BISOL *et al.*, 2017, p.91)

Na segunda metade do século XX, por sua vez, principalmente de 1960 a 1980, há um avanço na luta e conquista de direitos dos grupos marginalizados e excluídos como, por exemplo, das pessoas com deficiência. O modelo social da deficiência surge neste momento, trazendo fortes críticas aos preconceitos e pressupostos do modelo médico até então vigentes. “A mudança de perspectiva proposta pelo modelo social apoia-se, em contrapartida, na ideia de que as diferenças corporais, sensoriais e intelectuais não constituem anomalias ou doenças, mas diferentes formas de funcionamento” (CANGUILHEM, 2009 apud BISOL *et al.*, 2017, p.93-94).

O debate vai de encontro à ideologia dominante de uma sociedade majoritariamente organizada pelos valores de normalidade.

O modelo social lança uma reflexão para a sociedade sobre as barreiras que ela mesma impõe para a pessoa com deficiência. Para Peter Freund (2005), as estruturas espaciais e temporais são importantes para a construção social da deficiência. É a própria sociedade, com seus ambientes deficientes, que tira a capacidade do ser humano.

Esse mesmo período, de acordo com Bisol *et al.* (2017), marca a chegada da pós-modernidade e a complexidade das construções em debate sobre diversidade, pluralidade, transversalidade e multiculturalismo. As discussões afetam diretamente as pessoas com deficiência que passam a ser vistas além do que engloba o modelo médico ou social. Uma das críticas vem do movimento feminista que aponta que as mulheres com deficiência sofrem “dupla desvantagem” na sociedade. “Mulheres com deficiência lutam contra opressões por serem mulheres em uma sociedade dominada por homens e contra opressões por serem deficientes em uma sociedade dominada por corpos normais (SUSAN WENDELL, 2006, tradução do autor, apud BISOL *et al.*, 2017, p.95). Um outro pensamento incide na necessidade de retomar o papel que o corpo com limitações tem na vida das pessoas com deficiência que, segundo elas, determinam suas experiências.

Essas críticas fomentam o chamado modelo pós-social, ainda em processo de constituição no Brasil. A perspectiva é de transformações no conceito da deficiência e no modelo de acesso a direitos econômicos, políticos, sociais e culturais das pessoas com deficiência. “Os *insights* e críticas acerca da deficiência serão diferentes em cada região, uma vez que se trata de um assunto repleto de transversalidades e que se devem reconhecer as condições históricas e sociais específicas” (BISOL *et al.*, 2017, p.95).

Refletir sobre esses modelos nos permite repensar as relações com o outro com deficiência nos diferentes contextos, e até mesmo compreender os padrões e relações que foram estabelecidos com esse grupo até aqui.

Entre as possibilidades já construídas que vão ao encontro da vivência da pessoa com deficiência está a Lei Brasileira da Inclusão, aprovada em 2015. O documento legal visa assegurar e promover, “em condições de igualdade, os exercícios dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015). Para isso, traz algumas definições que são importantes para nosso estudo. Classifica a acessibilidade como:

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015).

A legislação supracitada, entre outras considerações, determina ainda o que são as barreiras. Entende-se como qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação. Classifica alguns tipos de barreiras e queremos destacar as que são afins ao nosso estudo. Primeiramente, as barreiras comunicacionais e na informação, que dificultam que as pessoas com deficiência recebam as mensagens e informações por meio dos sistemas de comunicação. Destacamos ainda as barreiras atitudinais, que são “atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).

A LBI (BRASIL, 2015) aborda ainda a necessidade de ofertar conteúdos no ensino superior com a temática sobre a pessoa com deficiência. No Capítulo IV, especificamente sobre o direito à Educação, destacamos o artigo 28, inciso XIV, que determina a “inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e

tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento” (BRASIL, 2015).

Precisamos reforçar que, desde 2016, a Lei nº 13.409 (BRASIL, 2016) garante a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino do país.

Ao entrar em contato com essas construções, podemos pensar sobre a importância de dar início ao debate sobre a temática da pessoa com deficiência junto à futuros profissionais da Comunicação, como jornalistas e publicitários. Profissionais que têm como missão comunicar algo à sociedade. De acordo com o verbete localizado na Enciclopédia da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação -, a palavra “Comunicação” tem correspondência e origem no “latim *communicare*, que significa “tornar comum”, “partilhar”, “repartir”, “associar”, trocar opiniões”. (MAIA, 2010, p. 236). Entendemos, assim, que comunicação é tudo aquilo que transmite e recebe mensagens para tornar comum, propagar e travar entendimento do que está sendo dito ou recebido. Os jornalistas e publicitários são, então, fonte de instrução dessa comunicação, um meio de dar passagem ao conhecimento. Assim, é preciso pensar na base de formação desses futuros profissionais e entender como estão refletindo sobre um assunto que é tão caro à sociedade.

Desse modo, nasce em 2017 a disciplina Jornalismo Acessível ministrada inicialmente em uma faculdade particular na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais, onde essa autora leciona. A oferta surge ainda da necessidade de se trabalhar com essa temática como parte de um jornalismo especializado que ainda não era oferecido no curso. A mesma segue sendo oferecida, sendo que desde 2023 também é acessada pelos estudantes do curso de Publicidade e Propaganda com o nome de Publicidade e Mercado, como parte da dinâmica de uma publicidade especializada, no caso, produzindo vídeos publicitários com acessibilidade.

Ao ingressar na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2022 como professora substituta, surgiu novamente o desejo de ofertar a disciplina de Jornalismo Acessível para promover os debates sobre a pessoa com deficiência junto aos estudantes da Universidade. Relatamos, a seguir, como ocorreu a criação e a implantação da disciplina no curso.

### 3 A DISCIPLINA OPTATIVA DE JORNALISMO ACESSÍVEL NA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA UFRJ E OS ASPECTOS IMPORTANTES PARA O DEBATE EM SALA

Entre as discussões que permeiam as salas de aulas dos cursos de Jornalismo, as temáticas relacionadas à diversidade e pluralidade já são recorrentes. No entanto, nossa percepção enquanto pesquisadora é de haver um debate ínfimo sobre as questões que envolvem diretamente as pessoas com deficiência e suas vivências na sociedade.

Na Escola de Comunicação da UFRJ, por exemplo, fizemos uma conferência entre as disciplinas já ofertadas e não localizamos nenhuma que tivesse uma referência direta aos estudos da pessoa com deficiência. Realizamos ainda um levantamento dos currículos dos cursos de Jornalismo das universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro para analisar como está o debate sobre comunicação acessível, com foco na questão das pessoas com deficiência. Foram analisados os Projetos Pedagógicos de Curso em Jornalismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro<sup>3</sup> (UFRRJ), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro<sup>4</sup> (UERJ) e foi realizada uma pesquisa no quadro de horários, com a grade curricular do curso de jornalismo da Universidade Federal Fluminense<sup>5</sup> (UFF). Mais uma vez não encontramos disciplinas que tivessem nomenclatura ou menção na ementa com o viés da acessibilidade aqui apresentado, seja especificamente no jornalismo ou mesmo no âmbito da Comunicação. A partir desse panorama, identificamos a iniciativa da criação da disciplina de Jornalismo Acessível na ECO/UFRJ como algo pioneiro entre as universidades públicas do estado<sup>6</sup>.

A proposta de criação da disciplina como optativa ocorreu no segundo semestre do ano de 2022. Conforme a resolução 02/2023 do Conselho de Ensino de Graduação (CEG)<sup>7</sup>, as atividades optativas são aquelas que integram uma área de conhecimento e que sem encontram elencadas no currículo, de modo que o aluno possa escolher algumas para obter um determinado número de créditos. Sendo assim, o aluno tem a liberdade para escolher essas disciplinas.

Desse modo, a ementa foi enviada à coordenação do curso de Jornalismo, foi submetida à Direção de Graduação do mesmo, sendo aprovada para realização no segundo semestre de

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://cursos.ufrj.br/grad/jornalismo/files/2014/04/PCC-jornalismo2015-17122015-aprovado-CEPE.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2024.

<sup>4</sup> Disponível em: [Projeto-Politico-Pedagogico-Jornalismo-final-1-vale-esse-1.pdf](https://projeto-politico-pedagogico-jornalismo-final-1-vale-esse-1.pdf). Acesso em: 02 abr. 2024;

<sup>5</sup> Disponível em: [https://app.uff.br/graduacao/quadrodehorarios/grade\\_corpo\\_docente](https://app.uff.br/graduacao/quadrodehorarios/grade_corpo_docente). Acesso em: 02 abr. 2024.

<sup>6</sup> A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) não foi citada por não ofertar o curso de jornalismo.

<sup>7</sup> Disponível em: [https://xn--graduao-2wa9a.ufrj.br/images/PR-1/CEG/Resolucoes/2000-2009/RESCEG-2003\\_02.pdf](https://xn--graduao-2wa9a.ufrj.br/images/PR-1/CEG/Resolucoes/2000-2009/RESCEG-2003_02.pdf). Acesso em: 26 out. 2023.

2022<sup>8</sup>. A ementa da disciplina foi definida como<sup>9</sup>: “A segmentação do Jornalismo. Preceitos e prática do jornalismo acessível. Instrumentos para ofertar informação acessível na TV e outros produtos audiovisuais. Estratégias de acessibilidade na web, com enfoque nos produtos jornalísticos. Construção da assessoria de Comunicação e eventos com acessibilidade”. Falaremos adiante sobre esses tópicos.

Após aprovação, nosso receio foi se a disciplina iria ter procura, não só pela temática, mas também por ser optativa e por estarmos há poucos meses na UFRJ. Em sala de aula, ministrando outras disciplinas, sempre houve a inserção do debate sobre acessibilidade por ser tema de nossas pesquisas e também de nosso interesse diário. Para nossa surpresa, a turma foi totalmente preenchida, com vinte alunos, de períodos diversos do curso. Alguns já ex-alunos dessa autora afirmaram ter curiosidade pelo assunto após nossas abordagens em sala. A disciplina foi novamente ofertada no primeiro semestre de 2023<sup>10</sup> e, mais uma vez, tivemos uma sala repleta de estudantes, agora ainda mais ávidos pelo debate.

Passamos agora a demonstrar como a disciplina foi pensada e também os resultados alcançados. A escolha dos conteúdos foi realizada de modo que fosse possível trazer mais conhecimento sobre a temática e que, aos poucos, permitisse desfazer alguns preconceitos enraizados na sociedade. Nossa busca sempre foi pela educação para a liberdade, segundo ensinamentos de Paulo Freire (2019), uma educação humanizadora, criativa, transformadora, que estimula a criticidade e busca emersão das consciências.

Iniciamos a disciplina abordando os momentos históricos que nortearam os direitos das pessoas com deficiência, como já apresentado neste artigo, desde a completa exclusão das pessoas com deficiência, passando pela política de segregação, integração e chegando ao processo de inclusão. Discutimos terminologias que eram comumente usadas nesses períodos e enfatizamos o uso hoje do termo “pessoas com deficiência”, definido como forma correta para se referir a este grupo a partir da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006). Vivarta (2003) reforça a ideia esclarecendo que há uma pessoa antes da deficiência e a sociedade deve priorizar essa percepção.

Não recomenda-se o uso das palavras “portador” ou “deficiente”[...].Pessoas com deficiência vêm argumentando que elas não portam uma deficiência como portamos um sapato ou uma bolsa. Já a palavra “deficiente” tem a desvantagem de tomar a parte pelo todo, sugerindo que a pessoa inteira é deficiente. É preferível a expressão “pessoa

---

<sup>8</sup> Disponível em: [Quadro de Disciplinas 2022-2.pdf](#). Acesso em: 02 abr. 2024.

<sup>9</sup> Disponível em: [Kelly Scoralick.pdf - Google Drive](#). Acesso em: 02 abr. 2024.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://eco.ufrj.br/wp-content/uploads/2023/03/quadro-de-disciplinas-2023-1-v4.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2024.

com deficiência”, que reconhece a condição de determinado indivíduo, sem desqualificá-lo (VIVARTA, 2003, p. 38).

Em sala, alertamos também para outras terminologias, como o erro em associar as pessoas com deficiência às expressões “necessidades especiais”, “direitos dos especiais”, “aluno especial”. Para Vivarta, a palavra “especial” tira dos indivíduos com deficiência sua condição humana. “Confere-lhes, assim, uma diferenciação inadequada pois, por sermos únicos, somos, todos, especiais, sem exceção” (2003, p.40)

Segundo Sasaki (1997) na linguagem se expressa, voluntariamente ou involuntariamente, o respeito ou a discriminação em relação a esse grupo. Dessa forma, podemos trabalhar com os estudantes as construções ainda preconceituosas que são apresentadas no conteúdo jornalístico. Fazemos uma varredura do que está publicado, desde palavras impressas até falas em audiovisual e debatemos de que modo podemos mudar essa realidade. A linguagem tem papel fundamental na questão da representação e são responsáveis por construir imagens em nossas mentes, de acordo com Ribas (1985). Portanto, o cuidado no uso da palavras não deve ser percebido apenas como preciosismo linguístico.

Abordamos ainda nos modelos de deficiência na tentativa de perceber os princípios que norteiam a compreensão sobre as pessoas com deficiência ao longo de toda a história. Esse momento ainda nos permite discutir sobre os preconceitos que os próprios estudantes também carregam. Fazemos levantamento entre eles se há o relacionamento próximo com pessoas com deficiência e, em geral, a resposta é negativa. Reforçamos sempre junto aos alunos que todos temos nossos vieses inconscientes. “Ter um viés não é o fim do mundo, a única vergonha é se você não fizer nenhum esforço para melhorar”, frase dita pela psicóloga e professora na Universidade de Harvard, Mahzarin Banaji, e citada por Cris Kerr em seu livro *Viés Inconsciente* (KERR, 2021, p.14) e que replicamos em sala.

Neste momento da disciplina já adentramos nas construções sobre acessibilidade, explicando o que é a acessibilidade e como ela deve oferecer condições de uso das pessoas com deficiência a todos os espaços, com segurança e autonomia. Falamos sobre acessibilidade arquitetônica. Ressaltamos também o uso das tecnologias assistivas que, segundo a LBI (BRASIL, 2015), são produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias práticas e serviços para permitir a autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social das pessoas com deficiência. Aqui os estudantes vão começando a perceber como os ambientes são deficientes e incapacitam os corpos. Além disso, começam a demonstrar inconformismo com o que vivemos.

A acessibilidade atitudinal volta mais uma vez ao debate, que é a forma de tratamento dada por cada pessoa, assim, discutimos sobre o preconceito e a discriminação contra a pessoa com deficiência. O padrão corporal ideal e o capacitismo também ficam no foco da discussão. A partir de então, os alunos iniciam atividades práticas para apontar no jornalismo onde esse capacitismo ainda é presente. Em discussões em sala, com reportagens escolhidas pelos alunos, surgem ricos debates. Muitos estudantes relatam que não tinham se atentado sobre as construções preconceituosas ainda latentes no jornalismo. No entanto, muitos vão em busca de bons exemplos para que possam já começar a seguir na profissão. Há uma ampla troca de conhecimento, inclusive para essa autora. Conversamos sobre as especificidades de cada deficiência e há uma tentativa de trazer também reportagens com deficiências variadas para ampliar nosso conhecimento.

Em seguida, os estudantes elaboram pautas para reportagens com a temática sobre deficiência. A proposta é para a prática do jornalismo acessível, inclusive para entrevistarem pessoas com deficiência e, nessa aproximação, romper a barreira do desconhecido. “Se em algum momento você ficar em dúvida como deve agir, pergunte” (KERR, 2021, p.74). Kerr reforça que é preciso um diálogo sincero sobre diversidade. “Em vez de continuarmos seguindo o conselho de “tratar as pessoas como você gostaria de ser tratado ou tratada”, sugiro perguntarmos como elas gostariam de ser tratadas” (KERR, 2021, p. 32).

Reforçamos sempre que é essa aproximação que vai permitir que se naturalize o tema e não seja mais “um bicho de sete cabeças” quando, por exemplo, um jornalista segue para entrevistar uma pessoa com agenesia de membros, no caso, sem braços, e não sabe como cumprimentar o entrevistado, ou mesmo quando o entrevistado é uma pessoa cega e o jornalista não sabe como lidar. Há ainda um excesso de zelo e receio por parte dos profissionais justamente por essa não ter sido uma pauta em ação por muito tempo.

Podemos dar recomendações de comunicação inclusiva, mas não há fórmulas que funcionem para todas e todos. O que funciona em todos os casos: quanto mais você conviver com pessoas com deficiência, mais rapidamente construirá novas associações mentais (KERR, 2021, p.74).

Na disciplina, sempre que finalizam as reportagens os estudantes compartilham em sala suas experiências, dificuldades e como superaram o primeiro contato com o assunto de pouco proximidade deles, assim como também como foi o contato com os entrevistados. Entendemos que a troca é sempre enriquecedora.

A acessibilidade continua como foco nos debates de aula, agora abordando especificamente a comunicacional. Trazemos o lugar das políticas públicas, dissertando sobre

seu desenvolvimento e implementação. Até o final da década de 80, o Estado brasileiro não tinha ações efetivas voltadas para as pessoas com deficiência. No livro “História do Movimento Político das Pessoas com deficiência no Brasil” (BRASIL, 2010a), entende-se que as existentes eram esporádicas, sem continuidade e com foco na educação, deixando de fora as áreas de saúde, educação, trabalho, entre outras.

Assim, a acessibilidade comunicacional começou a ser discutida somente em 2000 por meio da Lei federal nº 10.098, de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000), regulamentada em 2004 pelo decreto federal 5.296 (BRASIL, 2004). Segundo a lei 10.098/2000, em seu artigo 17, o Poder Público iria promover a eliminação de barreira na comunicação para tornar acessíveis os sistemas de comunicação. E no artigo 18 aborda que o Poder Público implementaria a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e guias-intérpretes para facilitar a comunicação direta de pessoas com deficiência sensorial e dificuldade de comunicação. Esse foi o instrumento legal que ampliou o conceito de acessibilidade comunicacional, assegurando tal ação inclusive em eventos dos mundos corporativos, acadêmicos, culturais, desportivos, de lazer, em conferências, congressos, seminários, entre outros. Outras portarias e leis foram criadas para determinar outros recursos, entre eles, a implantação da audiodescrição na TV, obrigatória desde julho de 2011, seguindo determinação da Portaria nº 188, de 25 de março de 2010 (BRASIL, 2010). As emissoras de TV foram obrigadas inicialmente a cumprir, no mínimo, duas horas semanais com o recurso e, em um prazo de 10 anos, a contar da data da publicação da portaria, o máximo de vinte horas semanais. Assim, desde 2020 a TV aberta brasileira tem a obrigação de ofertar vinte horas semanais de programação acessível com o recurso de audiodescrição.

Em sala, o debate gira em torno não só das leis, mas das características dos recursos de acessibilidade disponíveis para o audiovisual: audiodescrição (AD), disponível para as pessoas cegas ou com baixa visão; e Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Legenda para pessoas surdas e ensurdecidas. Conceituamos cada um dos recursos e como podem ser usados no vídeo.

A audiodescrição é definida como: “uma locução adicional roteirizada que descreve as ações, a linguagem corporal, os estados emocionais, a ambientação, os figurinos e a caracterização dos personagens” (NAVES et al., 2016, p. 8). As descrições acontecem nos espaços entre os diálogos e nas pausas entre as informações sonoras, isto é, ocorre nos ‘silêncios’ das cenas.

Debatemos sobre a inserção da janela de Libras, na qual o conteúdo da produção audiovisual é traduzido num quadro reservado. Alertamos, conforme orienta Naves *et al.*

(2016), sobre a necessidade de exibir uma janela que deixe a visualização sem interferências visuais como pano de fundo, respeitando as proporções delimitadas no Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis, organizado por Naves *et al.* (2016).

Aos alunos, mencionamos ainda a importância do uso de legendas com os parâmetros da legendagem estabelecidos por pesquisadores do Laboratório de Tradução Audiovisual (LATAV) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), especificamente da linha de pesquisa em Legendagem e Audiodescrição (LEAD), que vêm realizando pesquisas para investigar parâmetros confortáveis para o público de surdos e ensurdecidos do Brasil. Assim, reforçamos juntos aos estudantes a importância da elaboração de uma legenda que siga parâmetros técnicos, linguísticos e tradutórios, segundo Naves *et al.* (2016), que devem ser harmonizados para proporcionar melhor recepção das legendas pelo público espectador. Entre muitas características, apontamos a importância de uma legenda que seja descritiva, com a tradução de efeitos sonoros e identificação dos falantes, o que se diferencia das legendas automáticas comumente encontradas nos vídeos na web.

Ao debate, acrescentamos mais uma vez a LBI (BRASIL, 2015) apontando que as pessoas com deficiência têm direito à cultura, sendo garantido por lei o acesso aos bens culturais, como no cinema e na TV, por exemplo, em formatos acessíveis.

Assim, os estudantes assistem conteúdos em quem os recursos estão disponíveis. Para muitos deles, esse é um mundo desconhecido. Debateremos as possibilidades de inserção dos recursos nos produtos jornalísticos, além de discutirmos novos formatos possíveis. A atividade final da disciplina, que falaremos adiante, contempla a inclusão dos recursos de acessibilidade.

A acessibilidade digital também é tema da disciplina, demonstrando como os sites podem ser acessíveis a todas as pessoas. Abordamos que essa é uma questão legal, também prevista na LBI (BRASIL, 2015). O artigo 63 afirma ser obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo.

Bonito e Santos (2020) afirmam que é muito importante que pessoas que produzem conteúdo midiático desenvolvam a consciência sobre a importância de deixar os conteúdos acessíveis a todos. É que essa é uma mudança de comportamento cultural.

Envolve a consciência de que a acessibilidade comunicativa é um conceito essencial e precisa fazer parte das características do jornalismo digital ou, mais amplamente, da comunicação digital, sem o qual o próprio conteúdo jornalístico e as narrativas midiáticas correm o risco de se tornarem inacessíveis e, conseqüentemente, incompreensíveis (2020, p.150, tradução da autora).

Os estudantes têm conhecimento ainda sobre as diretrizes de acessibilidade de conteúdo na web, a *Web Content Accessibility Guidelines*, conhecida como WCAG<sup>11</sup>. Abordamos as possibilidades de tornar nossos conteúdos jornalísticos na internet acessíveis como: descrição de imagens das fotos; descrição dos conteúdos dos gráficos; transcrição dos áudios dos podcasts; e com audiodescrição, Libras e legendas nos vídeos.

Mencionamos sobre ferramentas automáticas gratuitas disponíveis para algumas dessas funções, lembrando que podem não ser a melhor opção, mas são opções possíveis em algumas ocasiões. Por exemplo, o VLibras<sup>12</sup>, que traduz conteúdos digitais de Português para Libras e foi desenvolvido em uma parceria entre o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGISP), por meio da Secretaria de Governo Digital (SGD), o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD), e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), através do Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital (LAVID).

Nesta parte da disciplina, abordamos ainda a importância do alto contraste e da fonte ampliada para facilitar o acesso à leitura das pessoas com baixa visão. Discutimos sobre o uso desses recursos nas artes produzidas em nossos conteúdos, assim como em nossos produtos audiovisuais. Quando a disciplina estava em vigor ainda não tinha sido lançado o “Guia Simples Assim”<sup>13</sup>, coordenado por Patrícia Almeida, associado à Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. O Guia é hoje uma ferramenta importante para discutir a comunicação acessível, de modo a escrever e desenhar de forma simples, com textos diretos e objetivos, criando artes e organizando visualmente de maneira simples, fazendo com que nossa comunicação chegue a todos.

Precisamos mencionar aqui ainda uma construção recente que também acrescenta à acessibilidade no campo da comunicação. A Instrução Normativa Secom nº 2, de 14 de setembro de 2023 (BRASIL, 2023) dispõe sobre o desenvolvimento e a execução da publicidade dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal. Em termos gerais, determina acessibilidade na internet nos quesitos apresentados acima, de acordo com as normas da WCAG. A norma inclui acessibilidade também nas redes sociais da Secom, com a descrição da imagem nas postagens. Esse é um conteúdo que ainda será inserido quando houver nova oferta da disciplina, uma vez que vai ao

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.w3.org/TR/WCAG22>. Acesso em: 10 jun. 2024.

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/vlibras>. Acesso em: 20 jun. 2023

<sup>13</sup> Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ks6J2SctY1L7IR2Cav3PM6kWz699hUmW/view>. Acesso em: 20 jun. 2023

encontro do que é discutido no conteúdo de acessibilidade digital e recai inteiramente nas funções de jornalistas e também publicitários.

Um dos pontos da disciplina é a prática, inclusive, de descrição de uma imagem à escolha do estudante. Além de praticarem a audiodescrição de si próprio, os alunos exercitam como trazer as informações visuais para a AD, sem traduzir opiniões pessoais. Essa autora e também professora da turma menciona seu trabalho como audiodescritora cita a equipe que trabalha em conjunto, como o profissional consultor, uma pessoa com deficiência visual com formação em audiodescrição. É ele quem indica erros e omissões que estão sendo cometidos, além de examinar o ritmo da narração e o sincronismo das imagens com as descrições de forma que as mesmas não se sobreponham aos diálogos, além de avaliar a qualidade do áudio e da mixagem. Assim, em sala aprendem também sobre a importância da audiodescrição elaborada com qualidade.

Os estudantes ainda têm acesso ao conteúdo sobre assessoria de Comunicação e eventos com acessibilidade. O trabalho de assessoria envolve a ação dos jornalistas e, muitas vezes, são eles que vão dar continuidade ao desenvolvimento do evento. Por isso, é importante que os alunos futuros jornalistas também conheçam as leis que regem os eventos, que incluem as questões de acessibilidade. A LBI (BRASIL, 2015) prevê no art. 70 que a acessibilidade à pessoa com deficiência deve ser garantida pelas instituições promotoras de congressos, seminários, oficinas e demais eventos de natureza científico-cultural ofertando, no mínimo, os recursos de tecnologia assistiva previstos no art. 67 – legenda, Libras e audiodescrição. Segundo o artigo 71, os congressos, seminários, oficinas e os demais eventos de natureza científico-cultural promovidos ou financiados pelo poder público também devem garantir as condições de acessibilidade e os recursos de tecnologia assistiva.

Além de conhecerem sobre leis, os alunos acompanham várias experiências já realizadas com acessibilidade, assim como também há um debate sobre a divulgação dos eventos também sem acessibilidade.

Os alunos encerram a disciplina com uma reportagem audiovisual, com enfoque nas questões que envolvam pessoas com deficiência, seja no trabalho, lazer, educação, saúde, transporte etc. A reportagem em vídeo deve conter ainda, ao menos, dois recursos de acessibilidade, como Libras, legenda ou audiodescrição. Aqui os exemplos são os mais ricos possíveis, com personagens variados e muitas histórias. Uma das reportagens teve a participação de um dos alunos da disciplina - um estudante com deficiência física, que compartilhou com a turma todas as vivências e aprendizados ao longo do semestre.

#### 4 OS RESULTADOS SOBRE UM JORNALISMO MAIS ACESSÍVEL

A disciplina foi novamente ofertada no primeiro semestre de 2023, mais uma vez com sala cheia. Dessa vez não havia alunos com deficiência em sala. Os conteúdos já citados foram mais uma vez compartilhados e novas experiências foram vivenciadas. Outros alunos com deficiência da UFRJ foram entrevistados nas reportagens, citando suas condições dentro e fora da universidade. A Diretoria de Acessibilidade (Dirac) da UFRJ foi constantemente acionada para detalhar e também esclarecer ações realizadas na universidade. Um dos grupos de estudantes apresentou uma reportagem que citava o Fabricando Tecnologia Assistiva (FabTA), projeto de extensão da UFRJ que desenvolve tecnologia assistiva para pacientes com deficiência ou mobilidade reduzida do Hospital Universitário Clementino Fraga. Tais ações demonstram como através dessa dinâmica da disciplina os laços dentro da própria UFRJ foram sendo firmados em torno da temática deficiência.

A turma fez outra troca importante, em um bate-papo realizado com o jornalista Marcos Lima. Formado na Escola de Comunicação da UFRJ, Marcos tem um projeto multiplataforma chamado “Histórias de cego”. O jornalista busca desmistificar o dia a dia da pessoa cega, discutindo sem tabu assuntos como relacionamento, religião e sexualidade. Para a atividade final do curso, Marcos foi entrevistado por um dos grupos e ainda convidou a turma a publicar suas reportagens em seu canal no Youtube que conta hoje com 384 mil inscritos<sup>14</sup>. O vídeo com sua reportagem foi finalizado com o recurso de legenda e audiodescrição<sup>15</sup>, este último geralmente sem uso em seus conteúdos. Após a publicação, recebeu comentários pelo uso da AD, que destacamos aqui: “Você colocou até audiodescrição. [...] realmente eu agradeço em meu nome, mas também agradeço no nome de todas as pessoas Cegas pela audiodescrição e por você pensar e nós, pessoas cegas”. Percebemos, assim, como o uso do recurso de acessibilidade tanto debatido em sala de aula é importante para as pessoas cegas. Acreditamos que esse exemplo e outros tantos possam despertar nos estudantes, futuros jornalistas, a necessidade de acessibilizar seus vídeos para que a informação elaborada chegue a todos.

Destacamos ainda outras iniciativas que surgem a partir da disciplina ou como reflexo dos debates que começam a circular entre os estudantes. Uma delas é o Podcast “Ouvir para ver” - sobre e para pessoas com deficiência visual, e que conta histórias dessas pessoas. O conteúdo compartilhado na plataforma Spotify<sup>16</sup>, foi criado inicialmente como atividade da

---

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/c/Hist%C3%B3riasdeCego>. Acesso em: 15 jun. 2024.

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CgHofhWTTWM>. Acesso em: 20 ago. 2023.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://open.spotify.com/show/68nhZWpN5ieu28wb3p6ObN>. Acesso em: 20 out. 2023.

disciplina de Redação Jornalística II, ministrada pela professora da ECO/UFRJ, Alessandra de Falco. Ela relata que a experiência partiu dos próprios alunos que tiveram contato com a temática, parte deles inseridos na disciplina de Jornalismo Acessível. No segundo semestre de 2023 a atividade teve continuidade, sendo transformada em projeto de extensão da Escola de Comunicação. Essa autora foi convidada a participar do projeto por conta das suas pesquisas e conteúdos voltados para a acessibilidade. O Podcast “Ouvir para ver” segue no ar, já contabilizando sua quarta temporada.

Outro convite foi para orientação de um trabalho de final de curso de um estudante do curso de Publicidade e Propaganda da UFRJ que tinha o interesse em elaborar um Guia que mencionasse os caminhos para tornar as redes sociais acessíveis. Por meio de alunos da disciplina de Jornalismo Acessível, o estudante teve conhecimento de nossa pesquisa e a parceria foi firmada com essa autora. A pesquisa foi finalizada em dezembro de 2023 e estabeleceu-se como um dos projetos de fim de curso na Escola de Comunicação que envolve a temática da acessibilidade.

Destacamos ainda outras duas iniciativas que consideramos como reflexo dos debates que passaram a circular entre os estudantes após a disciplina de Jornalismo Acessível. Ambas são conteúdos do telejornal da UFRJ, o TJUFRJ, projeto de extensão da Escola de Comunicação, coordenado pela professora Carine Prevedello. Essa autora também atuou na coordenação do projeto de extensão, mas é importante ressaltar que as sugestões de reportagens surgem como iniciativas dos próprios alunos. A primeira delas apresenta os desafios da acessibilidade na universidade e mostra as barreiras enfrentadas por estudantes com deficiência. A reportagem, publicada em 27 de julho de 2023<sup>17</sup>, aponta que, segundo a Dirac, à época eram 1.100 alunos com deficiência matriculados na UFRJ. A segunda iniciativa é uma reportagem que foi totalmente produzida usando a Língua Brasileira de Sinais, realizada por um estudante do curso de jornalismo. O mesmo demonstrou interesse no conteúdo para poder divulgar o recurso de acessibilidade e demonstrar a importância da Libras também no audiovisual para permitir a transmissão da informação às pessoas surdas. A reportagem publicada em 30 de outubro de 2023<sup>18</sup> apontava que a UFRJ tinha 157 estudantes surdos, além de vinte servidores surdos, entre técnicos-administrativos e docentes. Inscrita no 7º Prêmio ABMES de Jornalismo na modalidade nacional na categoria vídeo, concorreu com 319 trabalhos em várias categorias.

---

<sup>17</sup> Disponível em: [https://www.instagram.com/reel/CvNBX0Lg-z2/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==](https://www.instagram.com/reel/CvNBX0Lg-z2/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==). Acesso em: 26 out. 2023.

<sup>18</sup> Disponível em: [https://www.instagram.com/reel/CzCeZxpJ92d/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==](https://www.instagram.com/reel/CzCeZxpJ92d/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==). Acesso em: 30 out. 2023.

A reportagem produzida foi finalista com reportagens do SBT e Estadão e alcançou a segunda colocação nacional. O prêmio busca valorizar o papel da imprensa no fortalecimento da Educação Superior Brasileira.

A temática da acessibilidade na UFRJ, bem como a disciplina de Jornalismo Acessível também estiveram na pauta de reportagem do EcoRio – telejornal do Laboratório Audiovisual 2023.1 da ECO UFRJ<sup>19</sup>, sendo os estudantes e ex-estudantes com deficiência da Escola de Comunicação entrevistados pela equipe de reportagem.

Percebemos tais iniciativas como uma demonstração de visibilidade dada às pessoas com deficiência na UFRJ e que apresentam um olhar sobre esses sujeitos em que suas diferenças são respeitadas. Cada um de nós constitui um dos arranjos possíveis do ser na humanidade. Enquanto jornalistas e formadores de opinião precisamos refletir mais sobre as questões da diversidade humana.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de ministrar uma disciplina que debata caminhos para um jornalismo mais acessível nos permite acreditar na construção de uma sociedade mais justa, solidária e livre. Isenta de preconceitos e amarras. O que é, de certa forma, empecilho para isso são as nossas palavras e atitudes, muitas delas reforçadas no discurso e fontes em imagens da mídia.

Assim, a dinâmica de debater sobre a temática das pessoas com deficiência no curso de Jornalismo permite, primeiramente, tornar essas pessoas visíveis. Em seguida, conseguimos debater de que forma essa representação é dada no jornalismo, respeitando os direitos da pessoa com deficiência, tratando-as de forma mais digna, observando suas identidades em suas diferenças. Ainda é preciso caminhar. Mas, desse modo, podemos cada vez mais reforçar os debates e formar profissionais mais conscientes de seu papel nesse processo de transformação social, que tenham novas posturas para futuras produções sobre pessoas com deficiência.

Temos ainda uma discussão importante ao pensar a comunicação inclusiva, que chegue a todos por meio do uso dos recursos de acessibilidade. Como vimos no exemplo citado no canal “Histórias de cegos”, são os recursos de Libras, legenda e audiodescrição que permitem produções audiovisuais inclusivas, em que todos estejam inseridos, como as pessoas cegas e com baixa visão e as surdas e ensurdecidas. Se não há acessibilidade nos vídeos, a comunicação não acontece de forma completa, assim como ocorre nas imagens que são distribuídas nas redes

---

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yMiKyCQlelM>. Acesso em: 15 jun. 2024.

sociais. É atuar de forma socialmente responsável, o que é resultado de uma comunicação inclusiva.

Concluimos que a disciplina permite a conscientização sobre o assunto deficiência, debatendo a consolidação da cidadania desses sujeitos, incentivada, inclusive, pela divulgação de conteúdos jornalísticos, feitos por estudantes, que tornassem nobre o tema. Mais ainda, acreditamos que disciplinas que tragam a mesma abordagem, ofertadas no ensino superior, poderão trazer novos olhares para a pessoa com deficiência. Mais do que o cumprimento de exigência legal, a oferta na educação deve ser feita com afeto e amor para que ressoe o mesmo sentimento entre educandos e toda a comunidade acadêmica e possa, de fato, promover a transformação social que tanto almejamos.

## REFERÊNCIAS

BISOL, Cláudia Alquati; PEGORINI, Nicole Najji; VALENTINI, Carla Beatriz. Pensar a deficiência a partir dos modelos médico, social e pós-social. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 24, n. 1, jan.abr./2017, p. 87–100. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/6804>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BONITO, Marco; SANTOS, Larissa Conceição dos. *Revisando las Características del Periodismo Digital: Accesibilidad Comunicativa*. In: MARTINS, G. L.; RIVERA, D. (orgs.). **+25 Perspectivas do Ciberjornalismo**. Aveiro, Portugal: Ria Editorial, 2020, p. 134-153. Disponível em: <http://www.riaeditorial.com/index.php/25-perspectivas-do-ciberjornalismo/>. Acesso em: 14. jun. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 12 abr. 2024.

BRASIL. **Lei 10.098/00, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm). Acesso em: 05 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm). Acesso em: 02 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as leis nº 10.048/00, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e

10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm). Acesso em: 01 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.946, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010a. Disponível em <https://cultura-sorda.org/wp-content/uploads/2015/03/Movimento1.pdf>.

BRASIL. **Portaria nº 188, de 24 de março de 2010**. Sobre os recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em [http://www.mc.gov.br/images/2011/6\\_Junho/portaria\\_188.pdf](http://www.mc.gov.br/images/2011/6_Junho/portaria_188.pdf). Acesso em 12 março 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)

BRASIL. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm). Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Instrução Normativa Secom nº 2, de 14 de setembro de 2023**. Dispõe sobre o desenvolvimento e a execução da publicidade dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/INSTRUCAO\\_NORMATIVA\\_SECOM\\_N\\_2\\_DE\\_14\\_DE\\_SETEMBRO\\_DE\\_2023\\_INSTRUCAO\\_NORMATIVA\\_SECOM\\_N\\_2\\_DE\\_14\\_DE\\_SETEMBRO\\_DE\\_2023\\_DOU\\_Imprensa\\_Nacional.pdf](https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/INSTRUCAO_NORMATIVA_SECOM_N_2_DE_14_DE_SETEMBRO_DE_2023_INSTRUCAO_NORMATIVA_SECOM_N_2_DE_14_DE_SETEMBRO_DE_2023_DOU_Imprensa_Nacional.pdf)

DUARTE, Soraya Bianca Reis; CHAVEIRO, Neuma; FREITAS, Adriana Ribeiro de; BARBOSA, Maria Alves; PORTO, Celmo Celso; FLECK, Marcelo Pio de Almeida. Aspectos históricos e socioculturais da população surda. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.20, n.4, out.-dez. 2013, p.1713-1734.

FRANCO, João Roberto; DIAS, Tárzia Reginal da Silveira. A pessoa cega no processo histórico: um breve percurso. **Revista Benjamin Constant**, n. 30, abril 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 67<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2019.

FREUND, Peter. Bodies, disability and spaces: the social model and disabling spatial organizations. In: FRASER, Miriam; GRECO, Monica. **The body**: a reader. London: Routledge, 2005, p. 182-186.

KERR, Cris. **Viés Inconsciente**. São Paulo: Literare Books International, 2021.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006.

MAIA, Vanessa. Verbete Comunicação (busca do sentido da). In: **Enciclopédia INTERCOM de Comunicação**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 2010, v. 01, p. 235-236.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, set./dez., 2006, p.387-405. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KgF8xDrQfyy5GwyLzGhJ67m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 mar. 2024.

NAVES, Sylvia Bahiense; MAUCH, Carla; ALVES, Soraya Ferreira; ARAÚJO, Vera Lúcia Santiago (Orgs.) Ministério da Cultura. **Guia para produções audiovisuais acessíveis**. Brasília: Ministério da Cultura, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 05 abr. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, 1975**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec\\_def.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf). Acesso em: 03 abr. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Mundial sobre Educação para todos, 1990**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 13 abr. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Salamanca, 1994**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Adotada a 13 de dezembro de 2006 (resolução A/RES/61/106) e aberta à assinatura em Nova Iorque a 30 de março de 2007. Disponível em: [pessoas\\_deficiencia\\_convencao\\_sobre\\_direitos\\_pessoas\\_com\\_deficiencia.pdf](https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990) ([ministeriopublico.pt](http://www.ministeriopublico.pt)). Acesso em: 10 abr. 2024.

RIBAS, J.B.C. **O que são pessoas deficientes**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão** – construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997

VIVARTA, Veet. **Mídia e Deficiência**. Brasília: Andi, Fundação Banco do Brasil, 2003.